

XII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia, Facultad de Humanidades y Centro Regional Universitario Bariloche. Universidad Nacional del Comahue, San Carlos de Bariloche, 2009.

Inventário de Bruno de Zavala em San Francisco de Borja e sua importancia na memoria do povo.

Colvero, Ronaldo.

Cita:

Colvero, Ronaldo (2009). *Inventário de Bruno de Zavala em San Francisco de Borja e sua importancia na memoria do povo. XII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia, Facultad de Humanidades y Centro Regional Universitario Bariloche. Universidad Nacional del Comahue, San Carlos de Bariloche.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-008/662>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Inventário de Bruno de Zavala em San Francisco de Borja e sua importância na memória do povo¹

Ronaldo Colvero (URCAMP - PUCRS, Brasil)²

O florescimento do comércio no Brasil foi perceptível a partir de várias condições socioeconômico-políticas que se verificaram após um longo período de colonização e fixação sob o domínio português. Várias foram as tentativas externas de outros países para tomar partes do território brasileiro, algumas com sucesso; outras, nem tanto. E o Brasil continuou sua trajetória de forma a garantir os lucros da Metrópole.

O Rio Grande do Sul nasceu em um contexto de disputa entre duas potências européias, Portugal e Espanha, que se estabeleceram na América do Sul atraídas pelas riquezas minerais e naturais, as quais geravam dividendos para ambas as Coroas. Os padres da Companhia de Jesus tomaram parte na ocupação do território sul-rio-grandense, pois se estabeleceram na província, onde lutaram contra os bandeirantes que vinham em busca de mão-de-obra. Para isso, procuravam escravizar o índio e saquear suas aldeias, ação que começou a ser evitada pelos padres jesuítas a partir de sua instalação em solo sul-americano.

Desde a primeira incursão missioneira aos campos sul-rio-grandenses, que, na época, pertenciam ao Reino de Espanha, já era perceptível uma incipiente forma de comercialização com Buenos Aires e Montevideú, feita através da navegação pelos rios Uruguai, Paraguai e Paraná. Depois de vários tratados e tentativas de ocupação territorial, o que valia mesmo era o *uti possidetis*, e foi isso o que Portugal fez rapidamente ao perceber que as terras ao sul deveriam ser garantidas para que pudesse

¹ Texto produzido para apresentação na **XII Jornadas Interescuelas Departamentos de Historia 28, 29, 30 y 31 de octubre de 2009**. *La Compañía de Jesús en la América colonial*: Coordinadores: Lía Quarleri (UBA-CONICET); Carlos D. Paz (CEIC-UNJu / IEHS-UNCPBA).

² Doutor em História Ibero Americana pela PUCRS. Professor da Urcamp Campus de São Borja, da PUC campus de Uruguiana.

participar do lucrativo comércio platino, para onde as vistas de muitos países já haviam se voltado há algum tempo.

Dessa forma, o Rio Grande do Sul sofreu um processo de povoação relativamente rápido, visto que em praticamente dois séculos formaram-se várias vilas e cidades em diversos pontos da província: algumas servindo como paragem de tropeiros que vinham em busca do gado criado livremente nos campos; outras, somente com objetivos militares, para salvaguardar uma fronteira-zona que ainda não havia se formado, e, ainda, as pequenas povoações formadas a partir da mistura de índios e outros povos, que eram características da região missioneira.

Os jesuítas tinham como objetivo reduzir o índio para “convertê-lo à fé cristã, livrando-o de sua cultura pagã que era considerada como obra do diabo”,³ e também para “remissão dos pecados, dessa forma o fim maior da evangelização se confirmava para alcançar de Nosso Senhor uma grande estima da gloriosa empresa que lhes confiou, e fazer-se instrumentos aptos seus para a conversão de tantos fiéis”.⁴ Segundo Mário Maestri, “o projeto jesuítico era o mesmo para todo o novo mundo. Reunir em uma aldeia diversas comunidades nativas, submetê-las à autoridade colonial e convertê-las ao cristianismo e ao que se considerava como civilização”.⁵

Tanto as reduções do Tape como, mais tarde, as dos Sete Povos das Missões faziam parte do sistema colonial espanhol, pois foram criadas pela necessidade de manutenção de um território, conseguida através da fundação de agrupamentos indígenas dentro dos princípios cristãos, que impunham ao índio uma doutrina. Entretanto, as reduções representavam para os índios a possibilidade de não serem escravizados, tanto pelos *encomenderos* espanhóis quanto pelos luso-brasileiros de São Vicente. Conforme relatos do padre Roque Gonzáles, fundador das missões, referentemente à região do Tape, o índio, por vezes, resistia ao processo reducional, dificultando em certos momentos o trabalho do jesuíta. E continua: “No período

³ FLORES, Moacyr. *Reduções jesuíticas dos guaranis*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997. (Coleção História, 17).

⁴ BOLLO, Pe. Diego Torres S.J. Primeira instrução para os padres José Cataldino e Simão Mazzete de 1609 apud QUEVEDO, op. cit., p.107.

⁵ MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. 2.ed. Passo Fundo: Ediupf, 2000. p.61. (Cadernos do Núcleo de Estudos Históricos Lingüísticos).

reducional os missionários defrontaram-se com muitas adversidades, tanto internas (sublevações indígenas, ação de animais ferozes) quanto externas (o *encomendero* espanhol e as bandeiras escravistas)”.⁶

Entretanto, os jesuítas consideravam o espaço guarani na construção das reduções, o que se pode notar através das Cartas Ânua,⁷ da época da formação das reduções jesuíticas da margem oriental do Uruguai. Nessas era expresso que as missões seriam construídas nos lugares que tivessem alguma significação especial, ou fosse sagrados para os guaranis, o que, por conseqüência, facilitaria o contato com os índios e a transformação do espaço já construído pela cultura guarani em espaço reducional cristão.

O ano de 1636 foi marcado por um desastroso incidente: iniciaram-se os ataques às reduções do Tape, chefiados por Raposo Tavares.⁸ Conhecidos como “entradas” e “bandeiras”, esses ataques tinham como principais objetivos a exploração do pau-brasil e o aprisionamento de índios para serem utilizados como escravos nas fazendas do Nordeste e do Sudeste da Colônia. As expedições chefiadas por Raposo Tavares enquadravam-se como “bandeiras”, porque seu intuito era o aprisionamento dos índios que se encontravam reduzidos na região do Tape.

Frente a essa ameaça externa, os padres da Companhia de Jesus perceberam a necessidade de se organizar para os combates entendidos como uma Guerra Santa. Essa guerra era justificada e defendida ideologicamente através dos *Exercícios espirituais*, escritos por Ignácio de Loyola a partir de 1522 e publicados em 1548.⁹

⁶ QUEVEDO, *Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata*, p.80.

⁷ Ânua, segundo FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Dicionário da língua portuguesa* – século XXI. São Paulo: Nova Fronteira, 2000. p.157, significa carta-relatório dos sucessos ocorridos durante um ano. Sendo assim, as Cartas Ânua dos padres jesuítas seriam relatórios feitos para informar a Congregação Jesuíta sobre os fatos ocorridos no decorrer do ano nas missões ou peregrinações.

⁸ Antônio Raposo Tavares nasceu em Portugal por volta de 1598, vindo para o Brasil no ano de 1618, pois seu pai era governador da capitania de São Vicente. Iniciou suas expedições, conhecidas como despovoadoras, em 1627, atacando primeiramente Guairá e, em 1636, o Tape. Teve alguns cargos públicos e chefiou a expedição que chegou até o atual estado do Pará, levando três anos para tanto. Faleceu na cidade de São Paulo no ano de 1658. Disponível em: <http://www.submarino.net/jubileu/raposo_tavares.htm> Acesso em 26 dez. 2002.

⁹ Ver mais em QUEVEDO, op. cit.

A partir de 1680, com a fundação da Colônia do Sacramento, em frente ao porto de Buenos Aires, e o retorno dos jesuítas ao local de suas antigas reduções, ficou claro que as nações ibéricas estavam interessadas em permanecer definitivamente na região, iniciando-se, assim, um processo de conflito político, militar, econômico, religioso. O objetivo luso era intervir no comércio espanhol, pois vinha sofrendo duras perdas desde 1640, quando do término da União Ibérica.¹⁰

A partir da segunda metade do século XVII, as reduções em território sulino estavam organizadas econômica, política e culturalmente de uma forma independente da espanhola, iniciando-se um processo cada vez mais intenso de expansão territorial rumo ao sul, como se verifica pela narrativa de Fernando Camargo:

As reduções, ou missões, de San Luís, San Borja, San Miguel, San Ángel, San Juan, San Lorenzo e San Nicolás se desenvolviam a olhos vistos e se transformavam nas pérolas da experiência missioneira jesuítica.

O território básico que ocupavam era delimitado pelos rios Uruguai, Ibicuí e Jacuí, mas suas adjacências se estendiam, através das chamadas *estâncias* dos povos, até os campos orientais, às proximidades do rio Negro.¹¹

O retorno dos jesuítas à região do Tape em 1682 deu-se, sobretudo, pelas pressões sofridas a partir da grande procura pelo couro na economia platina. No entanto, o interesse por este produto, abundante na região ao norte do Prata, também se deu por parte dos lusos, que já possuíam um ponto mais ao sul sob seu domínio, a Colônia do Santíssimo Sacramento.

Em 1737 foi fundado na região da atual cidade de Rio Grande o forte Jesus Maria José. A vila de Rio Grande de São Pedro, pode-se dizer, foi o primeiro agrupamento urbano do Rio Grande do Sul, no qual havia um dos principais meios de ligação com o resto do continente e com a Europa: o porto. Por esse motivo, a região era

¹⁰ Consultar QUEVEDO, *Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata*.

¹¹ CAMARGO, op. cit., p.61.

o alvo principal de muitos contrabandistas, que vinham por terra ou por mar e cujo objetivo era transportar suas mercadorias para outros lugares.

No ano posterior, em 1738, a Coroa portuguesa chegou a criar na vila de Rio Grande a Comandância Militar do Rio Grande de São Pedro, sediada naquela localidade, mas subordinada ao comando existente em Santa Catarina, que, por sua vez, obedecia às determinações provenientes do Rio de Janeiro. Essa medida e a distribuição de sesmarias próximo a Rio Grande visavam manter o domínio sobre a área. Conforme relata Quevedo, “a expansão portuguesa preocupava sobremaneira os missionários. Nas correspondências dos jesuítas da década de 1740, sobressai a preocupação com a presença portuguesa e a missão dos povoados de defender a fronteira espanhola na Zona do Rio da Prata”.¹² Nota-se aí uma tentativa de os índios criarem uma identidade espanhola para defender os interesses da Coroa, com ênfase no resguardo da fronteira espanhola.

Segundo Sandra Pesavento, as Missões eram

unidades economicamente desenvolvidas, praticamente autônomas, exportando para a Europa, enviando tributos ao Geral de Companhia, em Roma, com influência política dentro dos Estados Católicos da Europa, a Companhia de Jesus tornou-se pouco a pouco uma ameaça. Generalizou-se o boato de que a ordem jesuíta se constituía num “Estado dentro do Estado e que os padres estariam com intenção de fundar um ‘Império Teocrático na América’”.¹³

Contrapondo-se a isso, Mário Maestri afirma, em sua obra, *História do Rio Grande do Sul: a ocupação do território*, que

jamais houve projeto jesuítico de construção de um reino teocrático-cristão nas Américas – Império Universal. Após algumas décadas, quando as comunidades nativas estavam

¹² QUEVEDO, *Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata*, p.152.

¹³ PESAVENTO, *História do Rio Grande do Sul*, p.12.

estabilizadas, elas transformavam-se em doutrinas, ficando sob a autoridade eclesiástica dos bispos e, portanto, das Coroas Ibéricas, responsáveis pela administração religiosa nas colônias.¹⁴

Quevedo afirma, analisando a obra *A cristandade colonial: mito e ideologia* de Riolando Azzi, que “a Missão fazia parte do projeto de Cristandade Colonial, no qual o jesuíta foi o principal artifício, ao converter o guarani em ‘índio reduzido’ ”¹⁵.

No período que compreendeu o final da primeira metade do século XVIII, as condições de diálogo entre os espanhóis, os luso-brasileiros e os guarani-missionários na região do Prata eram quase insustentáveis, pois “espionagem, táticas, armamentos, avanços, retrocessos, roubo ou pilhagem de gado, contrabando, eram elementos rotineiros no processo de expansão e ocupação da região”¹⁶.

É importante comentar que o espaço geográfico regional que abrigava os guaranis era manejável e disperso e foi nele se desenvolveram todos os tipos de relações econômicas, políticas e sociais dos índios. Na região é que se forma a identidade. E nesta região, foi-se, aos poucos, transformando a identidade guarani em identidade espanhola pela persuasão da aculturação empreendida pelos jesuítas. Como se pode observar, conforme comenta Júlio Quevedo: “[a Coroa] transformou os índios em súditos, agentes e defensores da causa política.”¹⁷

Enquanto, na Europa, os vassallos das Coroas de Portugal e Espanha disputavam as terras por meio de lutas, nos meios políticos ocorria uma permanente troca de acusações, motivadas pela expansão ibérica na América, com ocupação de regiões desconhecidas. Para isso, baseavam-se no Tratado de Tordesilhas, que definia limites de fronteira, embora ninguém soubesse precisamente onde estavam esses limites. Nesse contexto, os monarcas das duas Coroas assinaram, em 1750, um novo tratado, com

¹⁴ MAESTRI, *Uma história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*, p.61.

¹⁵ QUEVEDO, *Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata*, p.13.

¹⁶ QUEVEDO, op. cit., p.157-158.

¹⁷ QUEVEDO, op. cit., p.87.

objetivos políticos, econômicos e geográficos, o Tratado de Madri.¹⁸ Conforme Sandra Pesavento, como uma “zona economicamente rica e constituindo ameaça política à segurança das monarquias ibéricas, a região dos Sete Povos foi colocada em pauta nas disposições do Tratado de Madri”.¹⁹

No setor econômico, as Missões possuíam papel importante dentro do Estado Espanhol na América, pois exportavam grande quantidade de produtos, inclusive para a Europa. Os índios reduzidos industrializavam a erva-mate e tinham uma colheita farta. Eles possuíam duas formas de trabalho com a terra: Tupã-baé, que nada mais eram do que as terras de Deus, onde eles trabalhavam comunitariamente durante um certo período e o que colhiam revertia para a comunidade; Aban-baé, que eram terras de uso próprio de cada família indígena, mas que não eram mais bem exploradas em razão da falta de tempo e de energia suficiente para o trabalho.²⁰ Como todos os outros meios de produção, a terra era da comunidade, formada pelos padres, pelos representantes da Coroa e de Deus. Os índios, por consequência, defendiam esta terra e a bandeira castelhana.

Outro processo econômico que teve grande expansão em virtude das Missões foi a criação de gado, que havia sido trazido já em 1555 pelos irmãos Góis e que, posteriormente, foi conduzido até o Peru. Em 1634, quando da primeira tentativa de redução dos índios, os jesuítas trouxeram o gado da outra margem do rio Uruguai, o qual, quanto de seu retorno para lá, ficou solto, tornando-se mais tarde o principal atrativo para os bandeirantes de São Paulo e espanhóis da região do Prata.

Politicamente, os indígenas reduzidos estavam organizados de uma forma que os convencesse de que realmente participavam da administração das reduções, pois,

¹⁸ O tratado continha três artigos fundamentais para a redefinição do espaço, que objetivavam reduzir o contrabando, criar uma zona neutra e fortalecer o equilíbrio entre as duas nações ibéricas e seus domínios. Ainda segundo o tratado, caberia à Espanha a zona portuária do Prata, enquanto Portugal dominaria o interior e grande parte da hidrografia. O tratado também redimensionou a função e o espaço das Missões na região, inserindo-as na zona neutra como elemento mantenedor da fronteira. O papel beligerante de Sete Povos foi bastante reduzido em função do propalado equilíbrio, sendo entregues aos luso-brasileiros. Ver mais em QUEVEDO, *Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata*, p.159.

¹⁹ Para ver mais PESAVENTO, *História do Rio Grande do Sul*.

²⁰ Conforme QUEVEDO; TAMANQUEVIS, *História do Rio Grande do Sul: aspectos da história*.

segundo Júlio Quevedo, “a Missão representava a ampliação política do Estado espanhol na Zona do Prata, avançando até onde o governo não conseguia chegar”²¹.

Ana Luiza Reckziegel registra que

o fato de o território sulino não mostrar maior atrativo econômico, que tornasse possível o seu enquadramento nos moldes mercantilistas adotados pela economia da época, e a sua própria distância física do centro administrativo da colônia confinaram-no a um isolamento que só seria rompido mais de dois séculos depois de 1500.

Se o Rio Grande do Sul não atraiu, nos primeiros tempos, o olhar do colonizador, logo depois, colocar-se-ia numa posição de importância, se não econômico-política, pelo menos estratégico-militar.²²

A partir daí, como já se viu, o principal objetivo dos portugueses passou a ser a conquista das terras que levassem até a região do Prata, justificando-se através do *uti possidetis* da terra. No momento em que isso ocorresse,

a região sulina iria adquirir relativo significado econômico em decorrência das necessidades do centro do país durante o período minerador, especificamente no que tangia à apropriação do gado, que serviria de alimento e meio de transporte para aquela zona; também no que se referia à estreita vigilância sobre a atividade comercial desenvolvida pelo porto de Buenos Aires, que resultou na fundação da Colônia do Sacramento, ponta-de-lança das ambições portuguesas sobre a bacia do Prata.²³

Entretanto, com o início da demarcação das terras que estavam sendo passadas para o domínio português, os índios reduzidos nas Missões revoltaram-se. Esse fato

²¹ QUEVEDO, op. cit., p.103.

²² RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p.13.

²³ RECKZIEGEL, op. cit., p.13.

acabou gerando a Guerra Guaranítica, que se iniciou em 1754 e acabou com o combate de São Miguel, onde os índios foram massacrados e derrotados pelos portugueses em 1856.

Em 1760, pela necessidade de conceder maior poder de decisão e autonomia, foi criada a Capitania do Rio Grande de São Pedro, com sede em Rio Grande, mas ainda subordinada ao Rio de Janeiro. E em 1761, foi assinado entre Portugal e Espanha o Tratado de El Pardo, que não anulava completamente o de Madrid, mas devolvia as Missões Jesuíticas ao domínio espanhol e a Colônia do Sacramento, a Portugal.

Em virtude da guerra dos sete anos na Europa, as Coroas Ibéricas novamente se atacavam na América. Mesmo com a paz, pelo menos provisoriamente na Europa, em 1777 a terceira ofensiva castelhana, que tomou a Ilha de Santa Catarina e novamente ficou de posse da Colônia de Sacramento, levou a que fosse assinado um novo Tratado em 1777, o de Santo Ildefonso. O tratado tinha por objetivo a troca das Missões e da Colônia do Sacramento pela Ilha de Santa Catarina, bem como a renúncia à navegação nos rios da Prata e Uruguai por parte de Portugal. Foi definida, a partir de então, uma faixa de terra na divisa das duas fronteiras, entre a lagoa Mirim, lagoa Mangueira e a costa atlântica, como terras neutras, não pertencentes a nenhuma das Coroas. No entanto, os “Campos Neutrais”, como ficaram conhecidas tais terras, serviram como uma das principais rotas de contrabando entre o Rio Grande do Sul e a Banda Oriental.²⁴

Maurer²⁵ afirma que San Francisco de Borja como é o maior exemplo da imparcialidade entre as reduções orientais guaranis do rio Uruguai. Entretanto, não desassociamos este reflexo como resultado da situação estratégica que lhe fora depositada quando da sua fundação em 1690. Na coleção de Pastells encontramos a definição exata do local que era destinado para a povoação:

San Francisco de Borja, en la margem oriental del Uruguay, rio
en médio de Santo Thomé, fundada año 1690, en 28 grados 48

²⁴ Ver em PESAVENTO, *História do Rio Grande do Sul*.

²⁵ MAURER, Rodrigo, Monografia de Graduação apresentada na urcamp campus de São Borja em 2008.

minutos de latitud y 322 y 16 minutos de longitud, com 650 familias, que hacen 3.541 almas.²⁶

Desta forma a pragmática aplicada quando na fundação desta redução, pode ser interpretada como um processo de tripla função: primeiro porque acabou determinando-se em 1690, o povo onde acomodaria sob seus cuidados as atenções e o controle sobre o fluxo conversor entre o ocidente e o oriente do rio Uruguai. Mantendo assim a proteção e, ao mesmo tempo, a comunicação destes povos; como uma espécie de interlocutor deste espaço tão delicado e importante geopoliticamente.

Segundo, porque comporia um espaço estratégico no qual estivesse garantida a segurança e a tranquilidade de hospedagem para os representantes da Companhia de Jesus e do governo espanhol, quando fosse necessário para as suas incursões pelos povos missioneiros.

Não tinha residência fixa o Vice-Superior dos 7 povos de Missões, mas durante anos o encontramos em São Borja. Aí esteve muito tempo o P. Salvador de Rojas que exerceu esse cargo.²⁷

A terceira função vem a complementar as duas primeiras, mesmo de uma forma ainda velada. Notamos vestígios concretos para afirmar que a iniciativa de construir um posto avançado naquela região, era uma saída para que ficasse mais distante dos chamados Sete Povos, evitando prováveis incômodos e, ao mesmo tempo, ligada ao centro político mais próximo, que era Buenos Aires, com maior facilidade.

O Inventário de Zavala²⁸ e sua contribuição à pesquisa histórica

²⁶ PASTELLS, Pablo. *História de La Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay* (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolívia y Brasil). Tomos I a VIII. Madri: Libreria General de Vistoriano de Preciados, 1912. p. 783.

²⁷ PORTO, Aurélio. *História das Missões do Uruguay*. Porto Alegre, Selbach, 1954, 4v.

²⁸ Inventário Traduzido por Anna Olivia do Nascimento, natural de São Luiz Gonzaga, RS, é Professora dos cursos de Pedagogia e História da Universidade Regional Integrada (URI) de São Luiz Gonzaga, é presidenta do IHGSLG.

Necessitamos ampliar nossas discussões para que possamos entender melhor as ações dos jesuítas e guaranis que estavam na redução de San Francisco de Borja, pois a documentação estudada referente as cartas Anuas nos mostram fortes ligações e porque não dizer como a principal redução dos sete povos, a que mais cooptou, se comunicou, com os administradores da corte espanhola sediados em Buenos Aires.

A proposta de procurar entender este inventário esta na necessidade de construirmos pontos de integração e também de espaços de memória entre este passado reducional de São Borja e a identidade atual, referenciada e discutidas pelos mais diversos grupos sociais locais, e porque não dizer a necessidade que se tem em São Borja de construirmos espaços de memória que nos possibilitem cada vez mais discutir sobre o primeiro dos sete povos missioneiro.

Ai está à importância do **Inventário de 1768, de Bruno de Zavala**, sabemos que a sociedade precisa perceber que este inventário nos possibilitara visualizar um passado sobre as missões ate pouco tempo sem discussões, e não poderia deixar de dizer que nosso objetivo com esta analise é fazer com que São Borja faça parte integrante e ativa não na sua individualidade mas no seu coletivo criando sinais de pertencimento missioneiro.

Queremos proporcionar construções e suportes de memória, fazendo com que a sociedade local de São Borja crie relações culturais não só de espaços arquitetônicos, ou culturais, mas também deste inventário que é muito mais do que uma relação constando os bens que os jesuítas espanhóis estavam deixando para os portugueses que iriam administrar a partir daquele momento, mas é também a possibilidade de procurar criar na sociedade local o sentido da preservação do patrimônio publico pois sabe-se que muito pouco do que foi relacionado ainda encontra-se conservado.

O Inventário nos proporcionara em primeiro lugar a possibilidade de promover uma leitura, analise e interpretação pontuada da relação dos objetos que ali foram descrito; em segundo a possibilidade de estabelecer uma relação do passado através de uma memorização do que tinha e do que temos conservado em nossa cidade ate os dias atuais, ; em terceiro proporcionar uma inteiração entre a universidade e a comunidade

local procurando discutir estes objetos como espaços de memória, em quarto salientar a importância que temos em educar a sociedade para preservar, estes objetos, fazendo com que o coletivo de São Borja esteja inserido nos processos de educação patrimonial e para a prática da cidadania.

Jacques Le Goff procura ainda que de uma maneira sucinta esclarecer algumas relações de poder de uma sociedade que produz ou produziu ou deixou como sinal de pertencimento em algum determinado período ou espaço, algum documento que possa se transformar em monumento e vice-versa, isto cabe a nós historiadores enquanto produtores de história em relação à noção de documento, o qual,

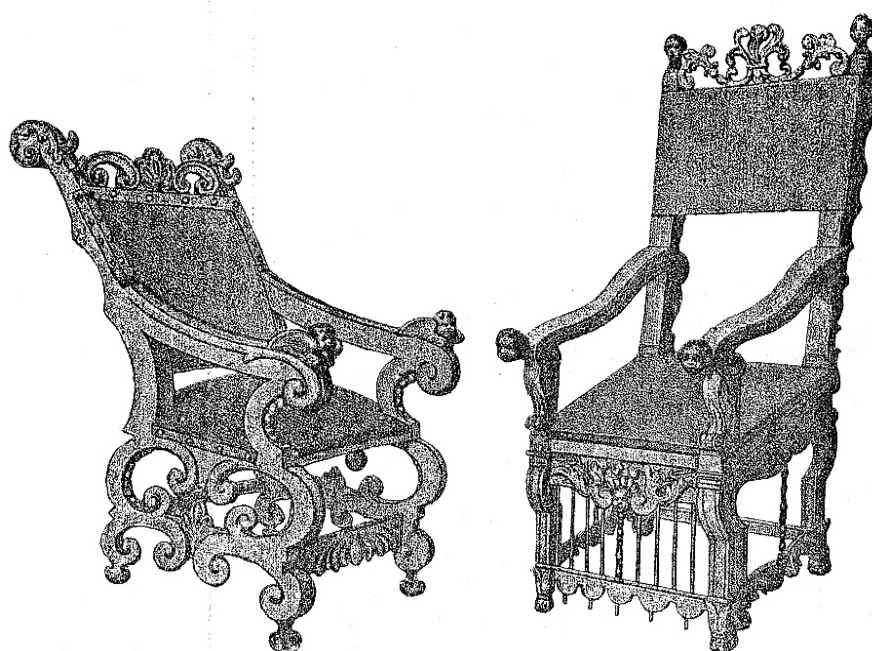
Não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.²⁹

Com o auxílio do inventário, muitas COI sas poderão ser rediscutidas, tais como a arquitetura da igreja³⁰ que se confirmam agora com o inventário que ela possuía três naves, com uma abóbada de madeira, a riqueza interna do tempo, as técnicas artísticas, cinco retábulos, o altar-mor de dois corpos dourado, dois laterais pequenos com seus sacrários, e os outros dois por terminar. Um púlpito e dois confessionários de madeira, um campanário com cinco sinos grandes e quatorze pequenos, instrumentos musicais dentre os quais as e existência de um órgão.

Variedades de tecidos são encontrados em San Borja, tais como a seda, o veludo, tafetá, entre outros para forramento de alguns pertences, consta também o registro da existência de uma cadeira especial forrada com primores de França para, seis cadeiras pequenas do mesmo tecido.(imagem 03)

²⁹ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão [et. al.]. 5.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 535-536.

³⁰ A igreja de São Borja necessita urgentemente de pesquisas que possam esclarecer o máximo possível dúvidas referentes às suas arquiteturas e de quando foram construídas. (Grifo meu).



Alfaias do templo de S. Borja

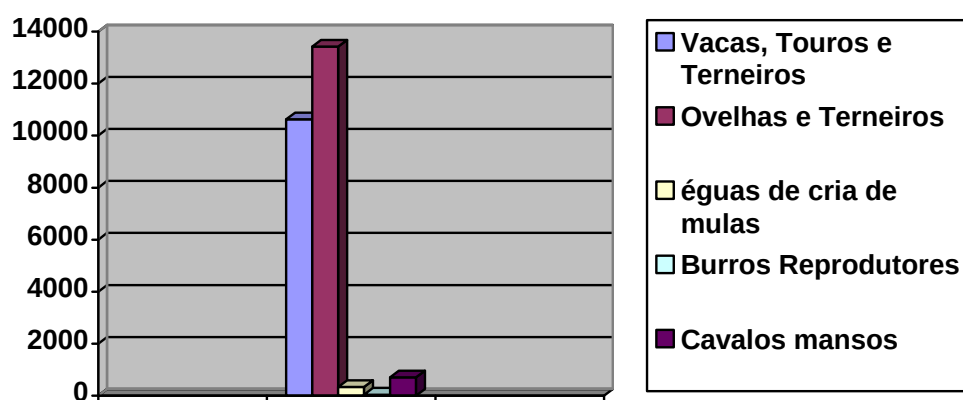
Imagem 03 – Referências que sobraram de duas cadeiras que pertenceram à redução de San Francisco de Borja. Podem ser estas o tipo das cadeiras forradas citadas pelo Inventário de Zavala. *Fonte:* Mapoteca do Itamaraty.

No inventário de Zavala ainda existe o registro de uma casa com dois pátios, sendo o primeiro com dezessete aposentos, e vários pertences. Já no segundo pátio, encontrava-se uma ferraria, uma carpintaria, de prataria e de teares (segundo o mesmo, com doze teares correntes no espaço de carpintaria), além de uma cozinha.

Alguns aspectos nos chamam a atenção no cotidiano da redução de São Borja, os ervaais, as duas estâncias de gado, bem como o registro contabilizado da fazenda e rebanhos; e, talvez um dos pontos principais, a inexistência de dívida por parte desta redução com a sua ex-redução matriz, no caso, Santo Thomé.

No caso dos ervaais, o inventário registrava a existência de dois tipos: um já velho do qual se recolhia pouca produção, já o segundo erval, composto por plantas pequenas, ainda se encontrava em estágio inicial cultivo.

Passando a verificar as informações acerca de **fazenda e rebanhos**³¹ na redução de San Francisco de Borja. Foi registrada a marca impressionante de 10.626 de animais muares; entre vacas, touros e terneiros. Também constam 13.425 ovelhas e terneiros, além de 339 éguas de cria de mulas, bem como o registro de 42 burros reprodutores. Porém, um dado torna-se curioso nesta contagem: a existência de 707 cavalos mansos, sendo que 86 já possuíam dono: no caso, D. Francisco Bruno de Zavala.



Em São Borja registramos a existência de um retábulo apenas, conforme imagem 01 abaixo, atualmente em São Borja registra-se a existência de um único retábulo.

³¹ Fazenda e rebanhos foi o título aplicado para significar a quantidade exata de animais semoventes na redução.



Imagem 01 – Retábulo frontal (mesa). Material/escultura, policromia. Proprietário: Paróquia Imaculada Conceição, bairro do passo. São Borja (RS).

Fonte: **INVENTÁRIO DA IMAGINÁRIA MISSIONEIRA – IPHAN DEZ/92.**

A confecção de imagens sacras pode ser considerada como uma das principais atividades técnicas dos povos reduzidos, esta prática foi muito na redução de San Francisco de Borja. Muitas são as referências referentes a redução como sendo uma das mais prosperas, e não é por menos, pois este inventário vem concretizar ela como sendo uma das mais prósperas de todos o projeto reducional jesuítico nos sete povos das missões quanto a produção cultural. Muitas destas produções foram parar na Europa principalmente na Espanha. O alcance foi tão grande que os mesmos chegaram a produzir imagens para outros povos e até mesmo exportá-las para certas cidades da Espanha.

No inventário não encontramos nenhuma referencia a produção de quadros pelos povos reduzidos, mas o padre Antonio Sepp, jesuíta fundador da redução de San Juan Batista (1698) registra na sua obra *Jardim de Flores Paracuário* que:

En el pueblo de San Francisco de Borja pintan los indios cuadros tan vistosos y magistrales que sus trabajos se apreciarían en Roma misma. Un hermano italiano, experto en todas las artes, que aún está con vida, les enseña a pintar.

Arsène Isabelle, também observou quando de sua passada ruínas de São Borja, detalhes da decoração da igreja com “*pinturas bastante lindas*”.³² Uma destas obras encontra-se exposta no museu Apparício Silva Rillo, no município de São Borja (Imagem 02).



³² ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul* (1833-1834). 2ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983. p. 19.

Imagem 02 - Nossa Senhora do Socorro– Pintura de formato irregular, simétrico, apresentando, na parte superior, uma meia abóboda ladeada por torres. Na parte inferior, reto; ao centro, figura feminina como coroa, cruz na mão esquerda e criança no colo, tendo na mão direita esfera de cruz. Túnica longa e manto curto. Base com dragão de uma cabeça e cauda. Dois cavalos com dois cavaleiros jovens, com chapéus de penachos, apontado para a figura central, o da direita com a mão esquerda e o da esquerda com a mão direita. Ao fundo, árvores. Nas laterais da Santa, duas árvores (uma de cada lado) e, presas a elas, duas onças pintadas. (Descrição do INVENTÁRIO DA IMAGINÀRIA MISSIONEIRA – IPHAN SET/91)

Sobre processos educacionais podemos observar no inventário a existência de mais de duzentos exemplares utilizados para a sistemática educacional implementada pelo jesuítas na sua catequização, podemos pontuar alguns ensinamentos aplicados, literatura, matemática, geometria, história, e alguns ensinamentos práticos sobre agricultura e distintos ofícios da filosofia, geografia e questões artesanais.

A importância de analisar, divulgar, estudar, discutir este inventário é fundamental para que possamos reviver espaços de memória, e também de procurar trazer a sociedade local para dentro desta história missioneira, visualizando São Borja não só como o primeiro dos sete povos, mas também como uma cidade que tem uma identidade sólida e coesa, mesmo que não possua grandes resquícios e se possui estão enterrados em solo São Borjense e com certeza em cima deva ter algum prédio o que dificulta cada vez mais trabalhos de arqueólogos e historiadores que estão em busca desesperadora da construção de uma história baseada em documentações e fontes arqueológicas.

Este inventário chega na hora certa, justamente quando a universidade local e sociedade se unem para que flua a imaginação principalmente de como era este passado e que possamos gradativamente irmos construindo história discutindo memórias e conscientizando cada vez mais a sociedade da importância da preservação de todo e qualquer tipo de documentação primária.

Portanto, mais do que qualquer outra finalidade, o inventário vem a contribuir para a compreensão das características deste espaço reducional. O que proporcionará futuras discussões e revisões bibliográficas de historiadores e viajantes referente a São Borja missioneira.

Considerações Finais

Em história trabalhar produções históricas como descobertas não faz parte do metier dos profissionais da área, mas não podemos deixar de afirmar que o inventário de Zavalla não seja considerado como um importe achado para a reconstrução da história da redução de San Francisco de Borja.

Mas uma das questões mais importantes desta análise do inventário de Zavala tem a ver com a necessidade de trabalharmos a ação educativa do patrimonial, ponto importante para a preservação e legitimação do patrimônio pública.

A partir desta análise percebemos a importância de reviver espaços de memória construídos a partir do imaginário de uma sociedade que ocupou o espaço da redução de San Francisco de Borja, e que agora com este inventário vem tirar muitas memórias que estavam silenciadas no tempo.

Precisamos perceber que os espaços de memória que temos na Atual São Borja espaços estes como a Biblioteca pública, Arquivo Histórico Municipal e Museu Apparício Silva Rillo, são espaços em que a sociedade tem que perceber como coletivos, e que não podem interessar somente a pesquisadores, mas sim a todos, pois isto é um grande passo de conscientização para que a identidade de uma sociedade possa estar forte e aguerrida a interesses coletivos e não individuais.

Este documento nos remete ao entendimento como sendo uma prova ou evidência de uma ação resultante da necessidade de devolver território até então pertencente a Espanha ora estaria passando para os domínios de Portugal, sendo que

este arrolamento de bens sejam eles moveis ou imóveis, poderiam servir para futuras cobranças de indenização da Espanha para com o estado Português.

FONTES E SÉRIES DOCUMENTAIS:

ARCHIVUM ROMANUM SOCIETATIS JESU - (ARSJ) Roma/ Itália

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL- (AHRGS)

CENTRO DE CULTURA MISSIONEIRA - (CCM)

INSTITUTO ANCHIETANO DE PESQUISAS/UNISINOS

DOCUMENTOS para La História Argentina – Tomo XX. Cartaz Anuas de la província del Paraguay, Chile e Tucuman, de la Compañia de Jesús. Buenos Aires: Talleres SA, 1929.

ESCANDÓN, Juan. História da Transmigração dos Sete Povos Orientais.

PASTELLS, Pablo. História de La Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil). Tomos I a VIII. Madri, Libreria General de Vistoriano de Preciados, 1912.

SEPP, Anton. 1655-1733. Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos apostólicos. São Paulo, Martins, Ed. Universidade de São Paulo, 1972.

OBRAS CONSULTADAS

BOFF, Claudete. **A imaginária Guarani:** O acervo do Museu das Missões. Santo Ângelo: EDIURI, 2005.

CAMARGO, Fernando. **O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional**. Passo Fundo: Clio Livros, 2001.

COLVERO, Ronaldo. **Negócios na madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2004.

FLORES, João Rodolpho Amaral. **A vila de São Borja (1834-1887) numa conjuntura de transição: História sócio-econômica e geopolítica**. Dissertação de mestrado. UNISSINOS, 1996.

GAY, Cônego João Pedro. **História da República Jesuítica do Paraguai** (desde o descobrimento do Rio da Prata até os nossos dias, ano de 1861.) 2ª ed. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942.

GRAELL, Francisco. **O passado missioneiro no diário de um oficial espanhol: Francisco Graell**. Trad. Alba Olmi. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

GOLIN, Tau. **A Guerra Guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul**. 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPF, Porto Alegre: UFRGS, 1999.

_____. **A Fronteira: Governos e Movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina**. LePM, Porto Alegre, 2002.

ISABELLE, Arsene. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

KERN, Arno Alvarez. **Ações evangelizadoras e culturais de missionários portugueses e espanhóis no Rio Grande do Sul do Brasil**. Braga: Congresso Internacional de História - Missionaç o Portuguesa e Encontro de Culturas, 2º vol. 1993.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão [et. al.]. 5.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. 2.ed. Passo Fundo: Ediupf, 2000.

NEUMANN, Eduardo. **O trabalho guarani missioneiro no rio da Prata colonial** (1640-1750). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

OLIVEIRA, J. Uma etnologia dos “índios misturados”. Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. MANA 4: 1998.

O'MALLEY, John W. **Os primeiros jesuítas**. São Leopoldo: Editora UNISINOS; Bauru: EDUSC, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai**. Porto Alegre, Livraria Selbach, 1954.

QUEVEDO, Julio. “As missões jesuítico-guaranis em tempo de despotismo esclarecido, século XVIII” In: **Anais do IX Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros**, 1991.

QUEVEDO, Julio. **Guerreiros e Jesuítas na Utopia do Prata**. Bauru: EDUSC, 2000.

QUEVEDO; TAMANQUEVIS, *História do Rio Grande do Sul: aspectos da história*. Porto Alegre: Martins Livreiro. 1995.

RABUSKE, Pe. Arthur. “O povo de São Borja entre os anos de 1750 e 1757” In: **Anais do V Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros**. Canoas: La Salle, 1985.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

RILLO, Apparício Silva. **São Borja em perguntas e respostas**. Monografia histórica e de costumes. São Borja: Coleção Tricentenário, 1982.

RILLO, Apparício Silva e O'DONNELL, Fernando O.M. **Populário são-borjense**. São Borja: Nova Prata, 2004.

RODRIGUES, Claudio Oraindi. **São Borja e sua História**. São Borja: Coleção Tricentenário, nº 1. 1982.

SEMPÉ, Moarcy. São Francisco de Borja. **O primeiro dos sete povos**. Coleção Tricentenário, 1982.

SEVERAL, Rejane da Silveira. **A Guerra Guaranítica**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1995.

SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. **As Missões Orientaes e seus antigos domínios**. Porto Alegre, Typografia da Livraria Universal de Carlos Echenique, 1909.

SUSTERSIC Bozidar, **El “insigne artífice” Jose Brasanelli**. Su paticipacion en la conformacion de un nuevo lenguaje figurativo en las misiones jesuíticas-guaranies . Universidad de Buenos Aires. Argentina (artigo).

_____. “El Hermano José Brasanelli y las Posibilidades de la Reconstrucción de su Trayectoria Biográfica y Artística” In: **Anais do XI Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros**. Santa Rosa, Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

TESCHAUER, Pe. Carlos. **História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

VIEIRA, Alexandre. **Pensamento político na Guerra Guaranítica**. Justificação e resistência ao absolutismo ibérico no século dezoito. Tese de doutorado. UFSC - Florianópolis, julho de 2005.

<http://www.submarino.net/jubileu/raposo_tavares.htm> Acesso em 26 dez. 2002